

As águas do rio Pardo são puríssimas. Saturnino de Brito nas polêmicas sobre os mananciais de Ribeirão Preto

Daniel Deminici

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP, Avenida Trabalhador São-carlense 400, Centro, 13566-950, São Carlos, SP, (16) 99775-5748, ddeminice@gmail.com

Resumo

A apropriação dos recursos hídricos foi algo essencial para a formação territorial de Ribeirão Preto desde que os rios possibilitaram a constituição das Fazendas de Criar na região. Durante a Primeira República, quando o núcleo urbano se consolidou no entroncamento dos afluentes do rio Pardo, surgem as primeiras polêmicas sobre a qualidade das águas que abasteceriam a cidade. Nessa ocasião, o engenheiro Saturnino de Brito foi convidado para avaliar os mananciais do município. Assim, o artigo retoma alguns episódios da apropriação dos recursos hídricos para fazer uma reflexão sobre a construção da cidade.

Palavras-chave: história urbana, urbanismo sanitarista, Primeira República.

A água é um elemento essencial na relação do homem com a natureza, sua localização e utilização, desde as civilizações mais antigas, esteve relacionada ao processo de assentamento humano com a formação das primeiras cidades. Ao longo do tempo se construíram diversas formas de apropriação desse recurso natural por diferentes saberes relacionados a diferentes civilizações. Como aponta André Guillerme (1990), a rede hidrográfica ao longo da história não foi dada como algo natural, mas sempre pensada como um artifício através de seus usos.¹

Na medida do crescimento industrial e demográfico das cidades, entretanto, o desenvolvimento das formas de controle das águas se torna central para a vida urbana moderna e, a partir do século XIX, essa relação entre o homem e a água será cada vez mais mediada por saberes e equipamentos associados à engenharia sanitária. Os procedimentos de aferição da qualidade da água, as obras de canalização, o represamento e a drenagem das várzeas de rios instauram um

movimento de racionalização do comportamento das águas no espaço urbano. A água, nesse contexto, assume um sentido paradoxal, ou seja, ao mesmo tempo em que se torna vital para a vida urbana, ela passa a ser vista como foco de difterias ou causadora de enchentes.

No Brasil esse paradoxo se insere num primeiro período de elaboração de planos de melhoramentos urbanos. Tais obras de intervenção se tornam o palco da atuação de uma primeira geração de profissionais formados nas escolas de engenharia do país que, progressivamente, passam a trabalhar nos órgãos públicos municipais, estaduais e federais puxando uma marcha “modernizadora” de cidades durante a Primeira República. Estes trabalhos se realizam, principalmente, em torno da construção de ferrovias, e de uma gama de obras de infraestrutura urbana: calçamentos, pontes, iluminação, estradas etc. Ademais, a eclosão das epidemias leva a questão do saneamento ao centro das preocupações urbanas, fazendo com que os

¹ GUILLERME, André. Les temps de l'eau. La cité, l'eau et les techniques. Mâcon: Champ Vallon. 1990. Ao longo de um período de quinze séculos este autor remonta as diversas formas de apropriação de recursos hídricos, muitas vezes, reelaboradas pelo homem em diferentes momentos históricos. O autor as divide entre: tendências de isolamento e tendências expansões. Ou seja, as águas serviram tanto ao isolamento urbano, como no final do Império Romano em que os rios, canais e fossas eram utilizados como proteção contra invasões, quanto para a expansão urbana, como no final da Idade Média, em que o desenvolvimento de técnicas hidráulicas favoreceu o renascimento comercial e a comunicação entre as cidades. Assim, se ressalta a ... continua próxima página...

... continuação da nota 1...
noção de que a tecnologia relacionada água acompanha o comportamento social em diferentes contextos históricos.

² LEME, M.C da S. Urbanismo no Brasil (1895-1965). São Paulo: Studio Nobel; FAUUSP; FUPAM, 1999.

³ Sobre os diversos significados políticos, sociais e culturais no entendimento do conceito de paisagem ver SILVESTRE, Graciela. Paisaje y representación. Prismas. Nº3, 1999, pp. 231-245; e CORRÊA, R. L. Denis Cosgrove – a paisagem e as imagens. Espaço e Cultura. UERJ, RJ, N.29, p.7-21, jan/jun de 2011.

Figuras 1 e 2: Nos postais se vê o controle da passagem das águas por Ribeirão Preto. Ambos retratam paisagens construídas ao longo da Primeira República. O Cais da Avenida J. Gonçalves com o seu canal junto à linha de palmeiras imperiais. E a fonte da Praça XV, promovendo mais uma mudança do antigo largo da Matriz, que se transforma num local de passeio entre vitrines e palacetes. Fonte: APHRP.

engenheiros se envolvam nos projetos de sistemas de esgotamento sanitário e abastecimento de água².

Essas redes de saneamento irão transformar a paisagem urbana legada pelos períodos imperial e colonial. Novas questões e clivagens sociais surgem ao se extinguir em cidades mais antigas os sistemas de chafarizes e o trabalho de serviços na condução de águas puras e servidas, bem como ao eliminar as várzeas dos rios pelas retificações e drenagens, atenuando o alagamento natural de regiões baixas, o que permitindo a ocupação das margens dos rios. As redes de água e esgoto, porém, demoram a abranger a totalidade da cidade, persistindo por muito tempo a captação direta das águas dos rios para usos domésticos, agrícolas e industriais. A eficiência da rede e o abastecimento do líquido na sua forma mais pura, todavia, se torna algo crucial para as cidades ocidentais em via de modernização, e o tratamento das águas no Brasil passa a ser matéria de debates entre a população, integrantes de administrações municipais e engenheiros de repartições técnicas. Uma progressiva mediação tecnológica, com a especialização do funcionamento dos sistemas de captação e abastecimento d'água,

favorece um processo de distanciamento dessa antiga relação entre o homem e a natureza. A racionalização do planejamento hídrico promove o achatamento da presença das águas na superfície urbana, criando-se uma gama de artefatos que diminui muito a percepção humana deste bem como um recurso da natureza.

Dessa forma, partimos do seguinte dilema: apesar do desenvolvimento tecnológico ter permitido um plano de economia e reserva de água, essencial ao desenvolvimento e sobrevivência nas cidades contemporâneas, o desaparecimento das águas de superfície urbana reduziu muito a percepção de sua vitalidade enquanto um recurso natural. No espaço urbano, as águas e os rios são percebidos, raras às vezes, pelo seu valor lúdico e estético, com a admiração da beleza de seus canais e reservatórios, o mais comum acaba sendo sua percepção prática, o abrir e fechar de torneiras ou as enchentes. Essa busca por novos mananciais em Ribeirão Preto no início do século XX nos permite pensar essas questões no que tange a construção de sua paisagem³ urbana e sua relação com a hidrografia. Algo que levou o engenheiro Saturnino de Brito a criticar a exclusão dos rios como fontes de água urbana⁴.



4 A posição privilegiada da cidade sobre o aquífero granítico permitiu ao longo dos últimos 30 anos à construção de um sistema de distribuição completamente dependente da captação das águas subterrâneas. Esta situação levou a cidade a virar as costas aos rios que a entrecruza, que outrora lhe servira como mananciais. A pequena bacia hidrográfica do rio Preto sobre a qual a cidade se assentou está, cada vez mais, modificada, oprimida e controlada por um sistema de canalização e proteção contra enchentes.

5 Um trabalho que aborda longamente a questão da constituição do Patrimônio Religioso de Ribeirão Preto é GARCIA, V. E. Do Santo? Ou de quem. Ribeirão Preto: gênese da cidade mercadora. Tese de Doutorado. São Carlos: IAU/USP, 2013.

6 Os principais cursos d'água da hidrografia são: córrego Serraria, córrego Loureano, córrego do Tanquinho, córrego das Palmeiras e o córrego Retiro Saudoso, todos afluentes do Ribeirão Preto, que por sua vez deságua no rio Pardo, integrando assim a grande Bacia do rio Paraná. Boa parte da extensão daqueles córregos já possui uma densa ocupação de suas várzeas no espaço urbano de Ribeirão Preto.

7 Uma ocupação do solo em grandes extensões de áreas ociosas que podiam ser cedidas a outros sem prejuízo econômico ao doador, sendo a situação que criou a classe dos homens livres desde o período colonial, ver FRANCO, M. S. de C. Homens livres na ordem escravocrata. 4. ed. Unesp, São Paulo, 1997.

8 O esforço para inventariar nos cartórios das vilas da região a demarcação refletia a corrida pelos registros das propriedades após a Lei de Terras. Tal processo se associa a substituição da escravatura enquanto garantia das operações de créditos aos fazendeiros. Um aprofundamento da valorização da terra como mercadoria, além das mudanças da estrutura fundiária no Nordeste Paulista com a chegada do ciclo cafeeiro, é visto em BACELLAR, C. de A. Uma rede fundiária em transição. ... continua ...

A ocupação da bacia hidrográfica do rio Preto

A formação urbana da cidade de Ribeirão Preto se iniciou por volta de 1850 num território drenado pela bacia hidrográfica do rio que lhe conferiu o nome atual. A doação de terrenos ao Patrimônio Religioso da Igreja para dar legitimidade ao assentamento e garantir a posse da terra despertou o desenvolvimento urbano ao redor da Igreja Matriz, construída pelos primeiros habitantes no cume da confluência do rio Preto com o rio Retiro Saudoso⁵. A partir daí, os edifícios se expandiram progressivamente na retícula urbana ao longo do século XX até quase sobrepor os diversos córregos que compõem a atual bacia hidrográfica da cidade⁶.

A ocupação desse território remonta a um processo mais antigo de fixação de povoadores mineiros no Nordeste Paulista, sendo algo relacionado ao apossamento das terras abertas pelas bandeiras do século XVIII no antigo Caminho de Goiás. A baixa densidade demográfica e a ausência de titulação da terra permitiu aos entrantes a constituição de grandes propriedades rurais voltadas ao mercado interno⁷. As demarcações das fazendas acompanhavam esse fluxo migratório vindo do interior do país, ocupando ainda na primeira metade do século XIX grande parte do território à margem direita do rio Pardo, futuramente se expandindo a montante do ribeirão Preto. Aos posseiros era fundamental o aproveitamento das pequenas bacias hidrográficas como norteadoras dos limites de suas propriedades, que acabavam sendo definidas pelas linhas formadas pelos cumes de morros e leitos de córregos. O acesso aos cursos d'água era imprescindível para o funcionamento dessas fazendas de criação, podendo a falta d'água forçar a venda das terras e a dissolução da fazenda.

O ribeirão Preto aparece como a linha vertente da demarcação realizada pelos herdeiros da fazenda Lauriano em São Simão. Tudo que vertia no sentido daquele rio pertenceria à fazenda⁸. Não era mera coincidência que as demarcações dessas glebas dessem importância aos córregos, o fundo dos vales, e os campos e cerrados rumo à vertente dos morros. A necessidade de pastos naturais ditava o rumo da ocupação, e as gerações de herdeiros se arranchavam onde existisse a presença de água. Algumas famílias foram bem sucedidas em evitar a desagregação territorial através dos casamentos consanguíneos,

como no caso especial da família Junqueira, que após a aquisição de enormes extensões de terras logrou por alianças matrimoniais uma fragmentação dessas posses no interior de um círculo familiar fechado.

Essa dinâmica de ocupação muda a partir da década 1870 com a chegada de cafeicultores do Vale do Paraíba ao Nordeste Paulista. Numa conjuntura favorável a expansão de cafezais, ocorre a ampliação da rede ferroviária de Campinas rumo ao Oeste da Província.⁹ Esses novos ramais irão encurtar o trajeto até o Porto de Santos, mudando a dinâmica de um comércio que até então era feito pelas tropas de mula. Com a incorporação desse espaço agrário, àquela lavoura de exportação se expande sobre o maciço do ribeirão Preto, principal eixo de ocorrência das terras roxas. O relevo suave e as duas estações bem definidas de chuva e seca, além da grande reserva de terras férteis a título precário, atrai o capital cafeeiro num processo de concentração fundiária e formação de companhias agrícolas.

No espigão que divide as bacias dos rios Pardo e Mogi-Guaçu, essas duas correntes migratórias se encontram provocando o choque entre povoadores mais antigos, caso da família Junqueira, e os mais novos, como a tradicional família Silva Prado. Durante a Primeira República essa frente de expansão altera profundamente a fisionomia do campo, quase apagando os traços da economia anterior. Mesmo com as oscilações do preço do café, em momentos de superprodução, a lavoura cafeeira só sofrerá grande interrupção no final da década de 1920, quando a crise mundial derruba o seu preço no mercado internacional. Todavia, muitas dessas famílias não irão restringir seus negócios apenas a agricultura, explorando também os novos serviços urbanos que surgem junto ao crescimento da cidade. Este é o caso da formação da Empresa de Águas e Esgotos de Ribeirão Preto que veremos a seguir.

A cidade entre rios

O encontro daquelas levas migratórias marcada por disputas em torno da propriedade da terra, também se dará no âmbito dos negócios urbanos. Isso ocorre, por exemplo, nas disputas entre as Casas Comissárias¹⁰ – Penteado & Dumont; Junqueira Cia. Exportadora e; Whitaker, Bonfim & Cia. Mas, principalmente, nos conflitos em meio à política oligárquica, com a formação de grupos

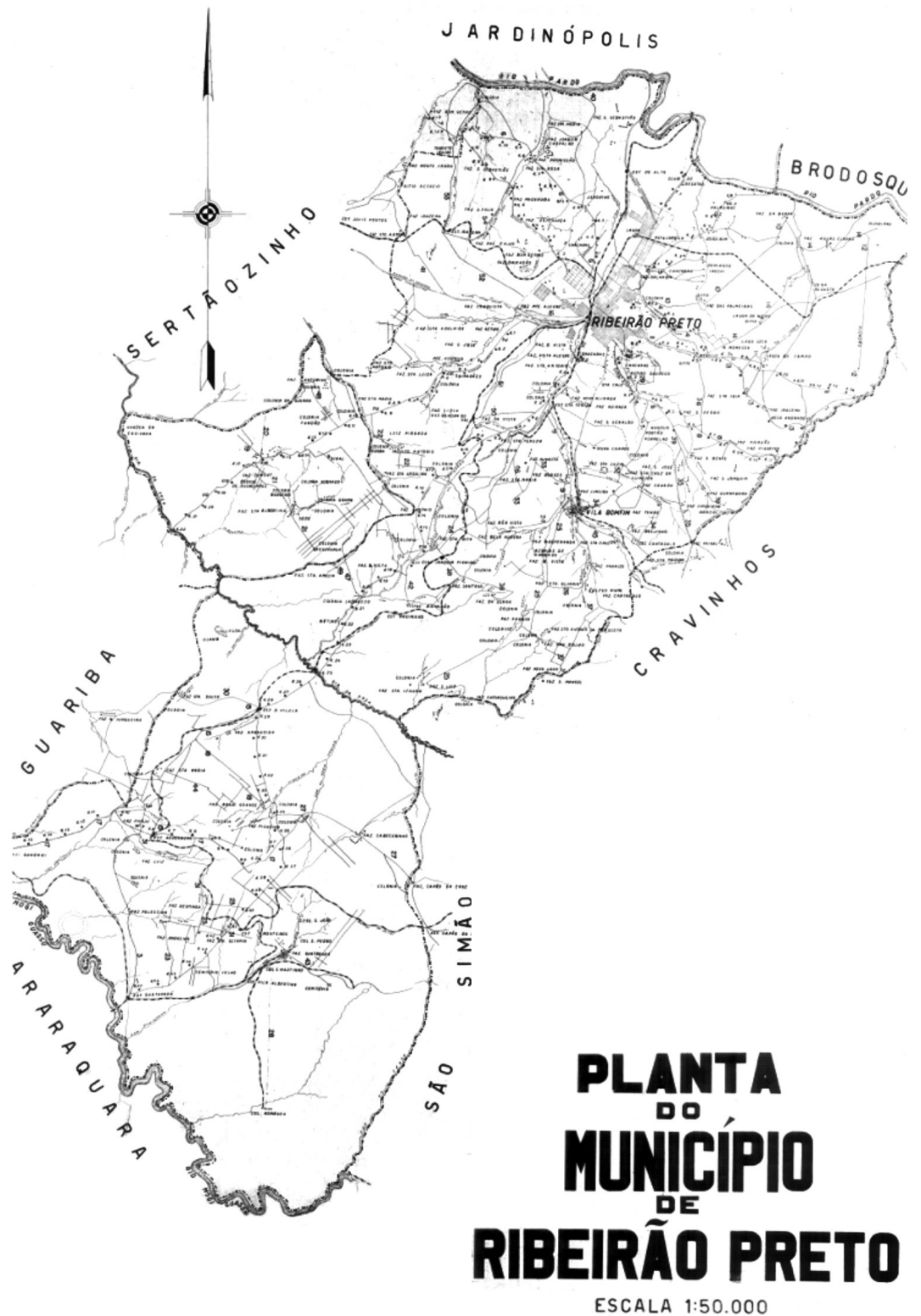


Figura 3: O mapa apresenta o resultado da ocupação do Nordeste Paulista pelas fazendas de café durante a Primeira República, uma região que ficou conhecida, após a chegada da linha ferroviária, como a zona da Alta Mogiana, sendo possível enxergar os ramais em direção às fazendas realizando o escoamento do café de toda essa região. Fonte: APHRP.

... continuação da nota 8 ...

In: BACELAR, C. de A. P. & BRIOSCHI, L. R. (orgs) Na estrada do anhanguera: uma visão regional da história paulista. São Paulo: Humanitas, FFLCH/USP, 1999.

⁹ A Estrada de Ferro Mogiana, fundada em 1872, partiu de Campinas visando atender toda essa região. Em 1875, ela já havia alcançado Moji-mirim e Amparo, sendo inaugurada, em 1878, a linha até Casa Branca, conforme contrato com o governo da Província de São Paulo. Em 1880 a companhia garante a concessão para estender os trilhos até Ribeirão Preto. O ramal da mogiana entre São Simão e Ribeirão Preto, buscava se aproximar da margem direita do Moji-Guaçu, onde se encontravam os ... continua próxima página...

Figura 4: A praça XV de Novembro - em primeiro plano, o espaço do antigo largo da Matriz, e ao fundo a fachada da rua General Osório, uma das ruas do quadrilátero central a receber tubulação de água e esgoto. Importante notar o efeito dos Códigos de Posturas sobre a forma de caminhar nesse ambiente privilegiado da cidade. Fonte: APHRP.

rivais disputando a máquina administrativa da Câmara Municipal. Durante a Primeira República, o espaço urbano de Ribeirão Preto se amplia junto ao seu crescimento populacional, ou seja, o vilarejo precário, até 1889, ainda sem um espaço próprio para a Câmara Municipal, se transforma com os investimentos em obras de infraestrutura e, ainda ao final do século XIX, começa a receber os edifícios como a Cadeia Pública, o Mercado Municipal e o Matadouro. Importante para esse crescimento é o Núcleo Colonial Senador Antônio Prado, criado na zona norte da cidade pela Sociedade Promotora da Imigração junto ao Ministério da Agricultura por influência da família Silva Prado.

O município salta de cinco mil habitantes, em 1873, para 70 mil, em 1920. Contudo, em 1912, o território do município ainda era ocupado por 319 propriedades rurais, sendo ainda o maior destino dos imigrantes estrangeiros apesar dos bairros suburbanos já se desenvolverem na zona norte da cidade. Esse período pode ser demarcado simbolicamente pela inauguração do Teatro Carlos Gomes, em 1895, e encerrado com a conclusão do Teatro D. Pedro II, em 1930, quando uma série de obras e posturas privilegiam o centro da cidade como alvo de uma transformação burguesa. O antigo largo da Matriz passa por uma grande transformação

quando capela que possuía sua fachada no sentido contrário à estação ferroviária é demolida para dar lugar a um exuberante jardim. Assim, o largo deixa de ser o espaço de uso sagrado, com toda sua popularidade nos dias festivos, para se tornar um local de uso recreativo e comercial controlado pelos Códigos de Posturas.

Entretanto, essa transformação urbana não se restringe apenas ao centro, mas promove uma separação entre duas regiões da cidade definidas pelos canais dos rios, sendo algo que transparece o funcionamento de uma cidade burguesa através de sua fragmentação sócio espacial. Ou seja, a periferia urbana da cidade passa a abrigar os trabalhadores e os equipamentos necessários ao funcionamento do seu centro aburguesado e embelezado. Além disso, a própria construção da cidade "moderna" é objetivo de novos empreendimentos lucrativos geridos por fazendeiros que ampliam os seus negócios para além da agricultura. Este é o caso das obras de retificação e aterramento das várzeas dos rios que custaram centenas de contos ao tesouro da Câmara Municipal, além de serem realizadas através da concessão dos terrenos às companhias e fábricas instaladas em suas margens. O primeiro trecho do cais do ribeirão Preto, que entaleceu uma fronteira entre o centro e o bairro da Vila Tibério, foi





Figura 5: O canal do ribeirão Preto irá definir o limite da cidade burguesa, com a Avenida Jerônimo Gonçalves separando o centro dos bairros operários que se originaram do Núcleo Colonial Antônio Prado. Suas obras se estendem por toda a Primeira República, ao longo de diferentes gestões municipais, sendo objeto de alianças e desavenças entre os políticos locais. Fonte: APHRP.

... continuação da nota 9 ...

maiores produtores de café com destaque para os Silva Prado, Francisco Maximiano Junqueira, Companhia Dumont e Silveira do Val. Estes construíram, posteriormente, as estradas “cata-café”, com 12 ramais recolhendo o produto até alguma estação da linha principal.

¹⁰ Os comissários surgiram como representantes da venda de café.

¹¹ Canal que por sua vez estabelece a fronteira com o bairro dos Campos Elísios.

¹² PAZIANI, R. Construindo a petit paris: Joaquim Macedo Bittencourt e a belle époque em Ribeirão Preto (1911-1920). FHDSS/Unesp, 2004, Franca. (tese de doutorado em história).

coordenado pelo engenheiro Samuel das Neves por meio do financiamento da Cia. Mogiana que estava interessada na posse dos terrenos arredores de sua Estação Central. O fazendeiro Arthur Diederichsen se torna nesse contexto um celebre construtor de pontes sobre o canal do retiro saudoso¹¹, o que o possibilita acumular capital para construir os primeiros arranha-céus da cidade.

A construção desse espaço privilegiado da cidade **é entendida por um movimento contraditório de criação de um ambiente elitista** em oposição aos bairros populares, continuamente evitados na ordem das melhorias urbanas. Longe do circuito dos melhoramentos e embelezamentos, restou aos bairros populares a ação disciplinadora das fábricas e da polícia¹². A nova rede d’água da cidade reproduz essa mesma tendência discricionária dos melhoramentos urbanos ao implantar o abastecimento prioritariamente na região central. O contrato com o Governo do Estado para iniciar sua construção é contemporâneo ao pedido de permissão para a edificação do Teatro Carlos Gomes, tendo ambos, o teatro e a rede, sido encabeçados pelos mesmos vereadores, Schmidt e Diederichsen, que já vinham arrebatando os contratos de obras na cidade. Assim, a rede d’água se associa ao desejo de estabelecer uma vida moderna ao redor da praça XV, com a **água** já encanada nos palacetes.

No ano de 1895, a Comissão de Saneamento do Estado de São Paulo aponta o centro como lugar privilegiado das seguintes obras: calçamento de ruas e sarjetas para o escoamento de águas fluviais; limpeza e drenagem de terrenos marginais ao ribeirão que banha a cidade; organização de serviços de remoção de lixo de ruas e casas; além do abastecimento de água potável e esgotamento das águas servidas. O traçado dos canos da rede define o perímetro das principais ruas do centro: o reservatório na rua Ruy Barbosa, numa posição mais alta aos córregos; a rua Saldanha Marinho paralela ao cais do ribeirão Preto, endereço de hotéis próximos a estação de trem; a rua do Comércio, paralela ao córrego do retiro; a rua 7 de Setembro, que fecha o contorno do centro, e, finalmente; a tubulação da rua General Osório, endereço de lojas importadoras, bancos, sobrados e casas comissárias na fachada da Praça XV.

Para além desse perímetro urbano pouco se estabelece como programa de infraestrutura de abastecimento d’água e esgotamento sanitário. Ao longo do século XX, a rede se expande vagarosamente ao outro lado cidade - Vila Tibério; Barracão e Campos Elísios. A extensão da rede de água para a região do antigo Núcleo Colonial, cada vez mais adensado com a sua inserção na malha urbana, demora a se efetivar reforçando a política urbana discricionária dos espaços salubres da cidade.

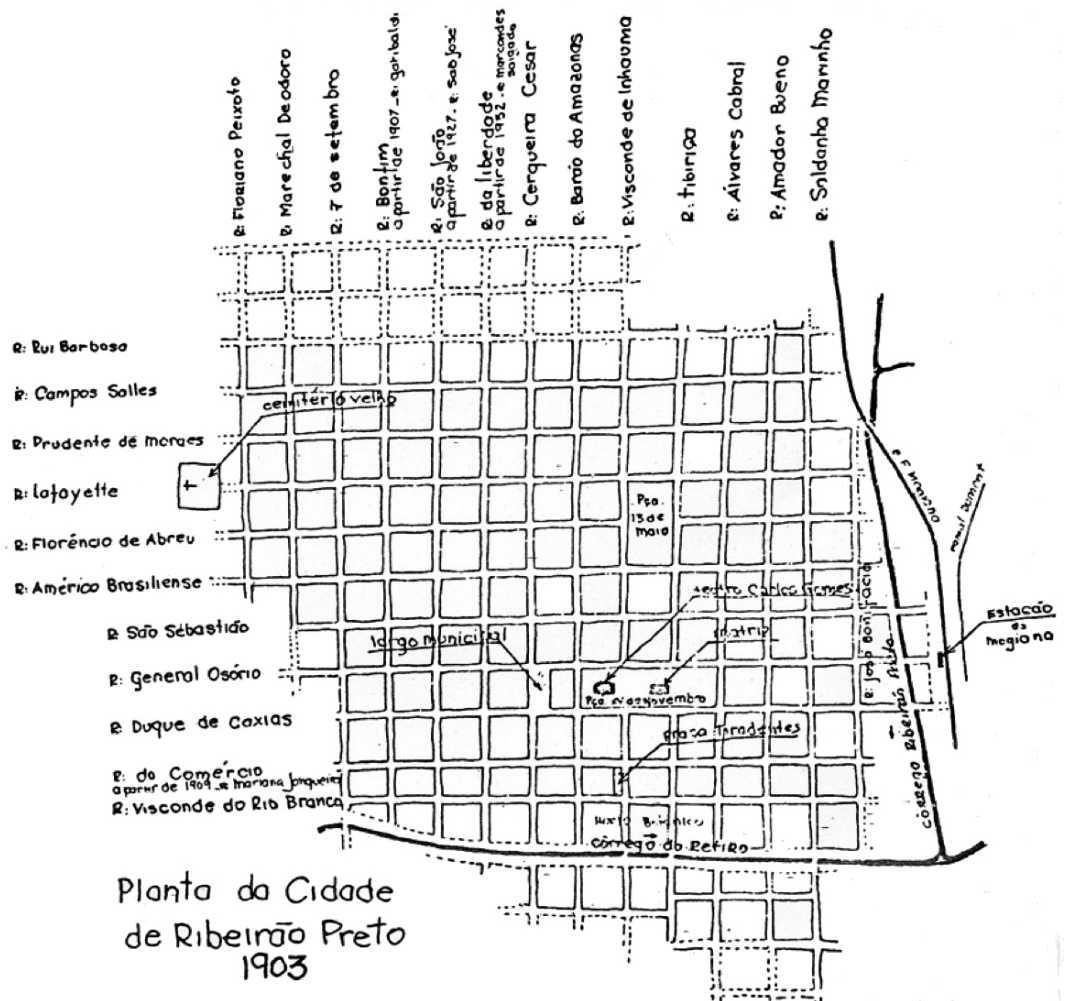


Figura 6: No mapa é possível identificar a quadrícula formada pela rede de abastecimento de água (ruas: Ruy Barbosa; Saldanha marinho; rua do Comércio e Sete de Setembro), além de identificar a rua General Osório cortando o centro no sentido da Estação. Fonte: APHRP.

A polêmica em torno dos mananciais

Ainda ao final do século XIX, portanto, ainda restrita ao centro, a cidade inaugurou a sua rede de abastecimento d'água. Entretanto, já em 1903, o serviço é arrendado à Empresa de Águas e Esgotos de Ribeirão Preto, pertencente à família Silva Prado. Neste mesmo ano se inicia as reclamações por falta d'água, principalmente, ao final da estação chuvosa quando o volume dos mananciais diminui, surgindo às primeiras críticas aos serviços da Empresa.

Após quase uma década de sucessivas crises de falta d'água, em 1912, é formada uma Comissão Especial pela Câmara Municipal a fim de se avaliar a qualidade dos serviços prestados pela Empresa de Águas e Esgotos. Os membros da Comissão eram os representantes da elite política de Ribeirão Preto, os vereadores: Manuel Maximiano Junqueira, que já havia presidido a Câmara diversas vezes; Renato Jardim, antigo lente de geografia do Ginásio do Estado criado recentemente na cidade; João Pedro da Veiga Miranda, engenheiro politécnico, também lente de italiano do novo Ginásio do Estado; e João Antônio Meira Junior, futuro gerente da Cervejaria Paulista, que será decisiva na resolução do conflito com a Empresa de Água.

Na Câmara Municipal as posições políticas acompanhavam a polarização entre Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, descendente da leva de migrantes mineiros, e Francisco Schmidt, imigrante alemão que havia chegado a Ribeirão Preto junto aos cafeicultores do Vale do Paraíba.¹³ Junto a Junqueira estavam Joaquim Macedo Bittencourt, Intendente Municipal durante toda a década de 1910, e João Antônio Meira Junior. Já com Schmidt se alinham os outros integrantes da Comissão Especial, João Pedro da Veiga Miranda e Renato Jardim, que haviam rompido a aliança com a família Junqueira. Essas alianças funcionavam numa simbiose entre fazendeiros e figuras políticas com formação superior entre médicos, advogados e engenheiros. Ambos, Junqueira e Schmidt, pertenciam ao Partido Republicano Paulista, e a oposição entre os dois acompanhava a polarização dos apadrinhamentos políticos em nível estadual e nacional.

Em 1909, quando a Comissão Central do PRP lança a candidatura de Rui Barbosa para presidência

da República, a polarização se agrava em Ribeirão Preto em função do apoio de Junqueira a candidatura militar de Marechal Hermes da Fonseca. Tal fato promove a dissidência de J. P. da Veiga Miranda, admirador de Rui Barbosa, dos quadros dirigidos por Junqueira, que a revelia da Comissão Central apoiara Hermes da Fonseca em virtude de sua lealdade ao General Francisco Glicério, um tradicional oligarca militarista opositor do civilismo de Rui Barbosa.¹⁴

No mesmo ano, J. P. da Veiga Miranda renuncia ao cargo de Intendente Municipal, que ocupava desde 1908, e se elege a Câmara como vereador de oposição ao grupo de Junqueira. A década de 1910 em Ribeirão Preto é marcada pela Intendente Municipal de Joaquim Macedo Bittencourt, numa situação construída em torno da família Junqueira. Assim, o parecer de J. P. da Veiga Miranda, como membro da Comissão Especial das Águas, é iniciado se opondo a gestão de Bittencourt, com o apontamento da necessidade da municipalidade traçar um plano eficaz relativo ao problema da má qualidade das águas distribuídas pela Empresa ao custo de não se enterrar o futuro da cidade:

Devemos declarar, antes de tudo, que entendemos ser ocasião de a municipalidade traçar um plano eficaz relativamente a esse grave problema e decisivamente executá-lo. A custa, embora, dos maiores sacrifícios devemos assegurar o futuro de Ribeirão Preto cujo engrandecimento e progresso se vêm entravado unicamente pelas más condições da sua água. Município rico, privilegiado pela sua posição no centro de uma zona cada vez mais prospera, o seu largo futuro compensará tudo o que se fizer em prol da sua cidade. A Câmara Municipal não se deve impressionar com a perspectiva de algumas centenas de contos a despendar, desde que desse dispêndio resulte assegurar-se o bem estar, a saúde e a vida dos nossos concidadãos. (MIRANDA, 1912:1)

Desde a última década do século XIX, a Câmara Municipal vinha realizando obras de saneamento como a drenagem de várzeas e a construção dos canais dos trechos dos rios no perímetro central. Tais construções eram bastante onerosas ao orçamento municipal e sempre realizadas mediante a contração de empréstimos. O próprio J. P. da Veiga Miranda, quando prefeito municipal, havia realizado viagens a este fim:

¹³ Ver CUNHA, Marcos Vinicius da. O velho estado. Educação e poder nos anos de ouro do Ginásio Otoniel Mota. Ribeirão Preto: Palavra Mágica, 2000; e WALKER, T. W.; BARBOSA, A. de S. Dos coronéis a metrópole, fios e tramas da sociedade e da política em Ribeirão Preto no século XX. Palavra Mágica: Ribeirão Preto, 2000.

¹⁴ Após a revolta da armada e dos governos militares iniciais da Primeira República, os presidentes civis Prudente de Moraes e Campos Sales, ao construir a Política dos Governadores, tinham o objetivo de abafar a influência dos militares, principalmente, após a tentativa de assassinato de Prudente de Moraes por nacionalistas jacobinos. O General Francisco Glicério se opunha a esse movimento dos presidentes paulistas ao apoiar Hermes da Fonseca, sobrinho do Marechal Deodoro, na eleição de 1910. Ver BACKES, A. Fundamentos da ordem republicana: repensando o pacto de Campos Sales. Porto Alegre: UFRS, 2004.

Em duas ou três viagens feitas a Capital, entabolei negociações com diversos capitalistas abrindo concorrência pública para um empréstimo (...) [eis] nos editais publicados no Correio Paulistano: "De ordem do Sr. Dr. J.P. da Veiga Miranda, Prefeito Municipal de Ribeirão Preto, declaro que fica aberta concorrência pública para um empréstimo de 400:000\$000 (...) destinado à encampação do Mercado e a consolidação da dívida flutuante da municipalidade". (MIRANDA, 1909:12)

Boa parte dessa dívida flutuante do município havia sido contraída por meio de um financiamento de 60 contos de réis junto ao Governo do Estado para aquisição dos materiais construtivos da rede de água. Além disso, para trazê-los também foram pagos os fretes realizados pelas Cia. Inglesa, Cia Paulista e Cia. Mogiana numa ordem de mais de 400 contos de réis. Assim, o que os discursos dos vereadores encobrem é uma função institucional que a Câmara Municipal vinha assumindo ao endividar-se para promover a capitalização das empresas privadas envolvidas na construção da cidade. Tal consórcio só era possível através da circulação dos mesmos agentes entre esferas públicas e privadas representados pelas extensas alianças de compadrio entre as famílias mais poderosas da região.

J. P. da Veiga Miranda, em seu discurso, apresenta que o abastecimento d'água de Ribeirão Preto era realizado com 2.900.000 litros de "água de fonte"; e 2.400.000 de "água dos rios" (rio Pardo e Rio Preto), sendo a cor turva das águas dos rios utilizados no abastecimento da cidade o motivo das reclamações contra a Empresa de Água. O vereador alegava que as águas distribuídas naquele ano eram medíocres, com uma quantidade excessiva de matéria orgânica e produtos em suspensão. A Empresa se defendia alegando que em outras épocas do ano a quantidade de tais substâncias diminuía, mas que no tempo das chuvas as "águas de rio" eram um grande lamaçal, sendo difícil abastecer a cidade somente com águas cristalinas. Para corrigir este defeito ela pedia uma concessão para reduzir o volume de água distribuída para a cota de 100 litros por habitante.

O vereador J. P. da Veiga Miranda dizia que esta proposta não deveria ser aceita pela Intendência Municipal em virtude de se almejar para o município uma cota semelhante às de Berlim (113 litros/hab), Londres (149 litros/hab) e Paris, considerada um

modelo para o vereador, com o fornecimento de 272 litros de água por habitante. Aceitar a proposta da Empresa, segundo o vereador, era equiparar-se ao abastecimento razoável de cidades como Bruxellas (71 litros/hab), Bremem (85 litros/hab), Aix-la-Chapelle (76 litros/hab) e Kingsberg (65 litros/hab). Para ele, a redução da cota por habitante seria provocar o recrudescimento do clamor popular e agravar ainda mais as condições de insalubridade da população.

O abastecimento numa cota mais baixa, entretanto, favorecia a Empresa de Água, que poderia desprezar a construção de filtros necessários para purificação das "águas de rio", e realizar o abastecimento apenas com as "águas de fontes" provenientes de antigos mananciais no interior de fazendas e chácaras. Segundo os estudos da Empresa, a cidade possuía 2.400 prédios abastecidos com água, sendo suficientes para esse fornecimento os mananciais de "água de fonte": Schmidt; Jardim; Padre Vicente e Santa Gertrudes. Assim, a Empresa de Água não precisaria dispensar os 135 mil réis diários para filtrar as águas dos rios com alumínio e cal.

Diante desse imbróglio, o sanitarista Saturnino de Brito é convidado pela Câmara Municipal de Ribeirão Preto para analisar o abastecimento d'água da cidade. Em 1912, Brito já havia realizado trabalhos sobre o abastecimento d'água de cidades como Campinas (1896), São Paulo (1905) e Recife (1911). Logo, o engenheiro, que era um grande defensor da utilização de águas de rios para o abastecimento urbano, apresenta em seu relatório uma previsão de abastecimento para 20 mil habitantes, avaliando ser necessário, para todos os serviços, público e privado, 4 mil m³ diários de água (200 litros por habitante), deixando margem para a previsão de desperdícios e ampliação da rede aos subúrbios da cidade.

As indústrias de maior consumo, segundo Brito, não deveriam captar água de distribuição, estabelecendo um preço proibitivo a isto, tendo em vista a facilidade delas realizarem a própria captação no rio Preto. A Empresa de Água possuía 2.500 m³ de água de fonte na estiagem, faltando-lhe apenas 1.500 litros para suprir àquela provisão de demanda para os 20 mil habitantes. Como a rede ainda se restringia apenas às casas, palacetes e sobrados de seu perímetro central, Brito estabelece um total de 6 mil m³ para sobrar água tanto para a ampliação da distribuição



Figuras 7 e 8: Os paradoxos das tentativas modernas de controle das águas de superfície urbana. Na primeira imagem se vê o Mercado Municipal durante a enchente de 1927, estabelecido ao lado do canal retificado do ribeirão Preto, o Mercado sofrerá com as enchentes ao longo de todo o século XX. A segunda imagem mostra a Rua General Osório no sentido da Estação Ferroviária, mesmo tendo sido alvo de obras esta rua será assolada pelas enchentes. Os alagamentos se tornam recorrentes após as obras de canalização e drenagem dos rios do perímetro central. Fonte: APHRP.

para os bairros periféricos - Vila Tibério, Barracão e Campos Elíseos -, quanto para se aumentar a cota de volume por habitante. Desse modo, faltaria tomar 3.500 m³ do rio Pardo, que possuía grande caudal e disponibilidade para somar aos outros mananciais durante a estiagem.

No seu estudo *A Água em São Paulo*, escrito para o Governo do Estado, em 1905, Brito esclarece que em seus projetos de abastecimento distinguia uma a) quota essencial para cada domicílio; e outra b) quota básica para o serviço da cidade, determinando um caudal de uma "pena" d'água de 1.200 litros diários, o que poderia fornecer entre 100 a 300 litros por habitante dependendo do grau de adensamento das habitações. Para realizar os cálculos das cotas de distribuição por domicílio estabelecia uma base de 7 habitantes por prédio, argumentado que este número seria a média ideal de densidade das cidades brasileiras. Algo que condenava as diversas habitações coletivas do centro de inúmeras cidades que possuíam um legado construtivo colonial e imperial.

Ribeirão Preto, então com 60 mil habitantes, incluindo a população das fazendas, possuía a média de 9 habitantes por casa no seu núcleo urbano, não chegando ao adensamento do Rio de Janeiro ou à densidade demográfica de São Paulo. Porém, o município também havia efetivado o seu ciclo de reformas urbanas no quadrilátero central da cidade, realizando a remoção de habitações coletivas, fazendo com que Ribeirão Preto possuísse no perímetro da rede d'água um adensamento semelhante ao ideal proposto por Saturnino de Brito (7hab/habitação). Assim, para compor a cota básica de distribuição d'água para todos àqueles serviços que afetam uma cidade (ampliação da rede aos subúrbios além de água para serviços públicos), Brito estabelecia o padrão de 220 litros diários por habitante, ou seja, uma cota semelhante à defendida pelo vereador opositor de Ribeirão Preto. No caso de São Paulo, Brito diz que não se deveria exagerar na cota de distribuição em razão do seu crescimento industrial, pois a tomada de água direta do rio Tietê seria uma opção econômica e essencial. Algo semelhante ao que ele propõe para Ribeirão Preto no caso das fábricas tomarem água direta dos rios na zona norte do município.

Sobre a captação das águas de rios, Brito comenta que a boa iniciativa da Empresa de captar águas do

rio Preto estava sendo prejudicada pelas condições do curso desse rio, que geravam muita desconfiança da população sobre a possibilidade de purificação. Além disso, diz que o processo adotado pela Empresa não havia amenizado as desconfianças do público quanto às águas que corriam as suas vistas, recebendo contaminações e deixando-os incrédulos sobre os êxitos da purificação. Assim, Brito alegava a necessidade da construção de filtros para incorporar as águas dos rios ao abastecimento urbano. Flavio de Mendonça Uchoa, gerente da Empresa de Água, relutante em ter que dispende o capital da empresa na construção dos filtros, se defendia alegando que quando o abastecimento era mantido pela Câmara Municipal, até 1903, também havia se chegado a uma situação aflitiva de falta d'água. Nessa ocasião, segundo o gerente, foram orçadas em 728 contos de réis as obras necessárias para aumentar o abastecimento da cidade. Como a Câmara não suportaria tão elevada despesa decidiu arrendar o serviço, exigindo a entrada de 300 contos de réis que a Empresa apresentou para arrematar o contrato.

Flavio Uchoa era um homem de cabedais, casado com Evangelina da Silva Prado, já havia recebido da Câmara Municipal 500 contos de réis pela construção da rede d'água por meio de um contrato que havia adquirido de Manuel Tapajós, antigo engenheiro ajudante da Comissão de Saneamento do Estado. A sua Empresa, dizia ele, havia concluído as obras determinadas, além de aumentar o volume de água distribuída, passando-se cinco anos sem anormalidade. Ao contrário do que dizia o diretor, porém, desde o início do século a cidade sofria de falta d'água, sendo constantes os conflitos com a municipalidade em função das taxas altas e o volume baixo d'água. Dessa maneira, em fins de 1908, temendo a seca acentuada, já tendo abandonado as águas do rio Preto, a Empresa decide pela captação das águas do rio Pardo, gerando uma polêmica na cidade sobre a qualidade destas águas.

A Empresa de Água constrói filtros lentos para a purificação das águas do rio Pardo. Entretanto, o engenheiro Arthur Motta, diretor da Repartição de Água e Esgotos da Capital, consubstanciando a sugestão de Saturnino de Brito, alega a necessidade de ampliação dos filtros de água, pois aqueles filtros lentos não seriam suficientes para realizar a clarificação das águas do rio Pardo. A Empresa,

contudo, não os amplia em virtude de ser algo excessivo ao seu orçamento. Os melhores filtros permitiria o abastecimento da cidade somente com as águas do rio Pardo, deixando os 2 milhões e 400 mil litros diários fornecidos pelos mananciais de “águas de fonte” (Schimidt - 1 milhão e 500 mil litros e Jardim; Padre Vicente e S. Gertrudes – 1 milhão e 400 mil litros) para uma distribuição com sobra de água, ou para a ampliação da rede aos bairros populares. A despeito disso o diretor da Empresa de Água se centra no argumento de que a falta d’água ocorria em função do desperdício da população, o que seria resolvido com a construção de caixas domiciliares para regularizar as cobranças de taxas:

A cidade possuía cerca de 2400 casas abastecidas de água, (...) admitindo-se ainda uma média absurda de 9 habitantes por casa teríamos uma população de 21 mil e 600 habitantes que com 200 litros per capita exigiria 4.300.000 litros. A Empresa fornece um excesso de 20% além do que é obrigada e, portanto, não deve haver falta d’água. Quando em qualquer localidade o povo contrai o hábito do desperdício d’água a própria administração pública se confessa impotente para corrigi-lo. (UCHÔA, 1912:3)

O diretor omite que havia alimentado a rede com água suja, e apesar de lamentar o abandono da captação do rio Pardo, após a grande soma de capital investido pela Empresa, não discute o melhoramento dos filtros propostos pelos engenheiros Saturnino de Brito e Arthur Motta. Uma preocupação adjacente do diretor aparece posteriormente referida aos gastos para realizar as desapropriações ao longo das margens do rio Pardo, o que garantiria a qualidade desse manancial:

As desapropriações para o rio Pardo viria a custar cerca de 400 contos e depois de gasto esse capital colossal teríamos a certeza que nos anos de seca não o veríamos reduzido ao mínimo de se tornar insuficiente? Na época de calor [outubro à janeiro] quando mais se consome água é quando menos as fontes fornecem e infelizmente as nossas observações mostram que o nível d’água cada vez baixa mais, indício de haver menor armazenamento, fato este que todos os fazendeiros conhecem. (UCHÔA, 1912:4)

Para o vereador J. P. da Veiga Miranda, a hipótese de se abandonar as águas do rio Pardo seria um

crime imperdoável por somente existirem na cidade duas fontes que não reduziam de volume durante a seca – as águas do rio Pardo e as águas do rio Preto. Como este já havia sido abandonado como fonte de água de distribuição em função da ocupação urbana de suas várzeas, o modelo do vereador para que se integrassem os rios ao sistema de abastecimento era o seguinte:

O que caracteriza o serviço de águas de Paris e coloca a grande capital numa situação favorável sob todos os pontos de vista é a divisão daquele serviço em duas partes (...) o serviço público compreende as vias públicas, os jardins, as indústrias, as cavalarias, a irrigação, lavagens de pátios e toda a rede de esgotos. Nas suas canalizações especiais correm as águas de Ourcq, do Sena, do Marne e dos poços artesianos, águas que foram afastadas do consumo humano como nocivas a saúde. O serviço particular é alimentado pelas águas de fonte, de quatro grandes aduções trazidas por aquedutos fechados a reservatórios cobertos, de sorte que não há possibilidade de contaminação em marcha do ponto de onde emergem até a torneira do consumidor. (MIRANDA:1912:5)

J. P. da Veiga Miranda acreditava ser possível à construção de um sistema em duas partes, modelo semelhante ao de Saturnino de Brito, sendo as “águas dos rios” utilizadas para o serviço público de irrigação de jardins e lavagem de ruas, e as “águas de fonte” para a distribuição doméstica. Em 1910, segundo J. P. da Veiga Miranda, o Conselho Municipal de Paris havia distribuído 66 milhões de águas de fonte e 215 milhões de águas de rios, dando-se em média 275 litros por cada habitante parisiense por dia (92 litros de água potável e 180 litros de água de serviço público). Diante da questão do tratamento das águas do rio Pardo, o vereador sugere a adoção do modelo de Paris, ou a rescisão do contrato da Empresa de Água seguida de sua encampação pelo poder público:

As despesas serão grandes naturalmente. Diante de tal argumento, porém, não se deve deter a ação da municipalidade. Se há alguma causa que justifique o arrojo dos grandes dispêndios é a saúde pública (...). Caso a Câmara não possa chegar a acordo com a Empresa para execução desse serviço, entendemos que se deverá ir até a encampação ou, se for o caso, a rescisão do contrato. (MIRANDA:1912:7)

Em seu Relatório sobre o Abastecimento d'água em Ribeirão Preto, Saturnino de Brito também critica a Empresa de Água por ter distribuído água suja para a população em razão do baixo volume dos mananciais. Indo além, Saturnino relata o que já vinha defendendo por outras cidades quanto à exploração dos serviços de águas urbanas, ou seja, a difícil e delicada tarefa dos poderes públicos conciliarem interesses sanitários com os interesses financeiros das empresas que exploram os serviços. Segundo o engenheiro, em todos os países do mundo as Empresas não poderiam bem servir a população sem obter os capitais empregados com a correspondente remuneração, sejam bem ou mal administrados:

Neste assumpto se torna difícil e delicadíssimo a ação dos poderes públicos das cidades para conciliarem os interesses sanitários e os das empresas que exploram os serviços, as quais praticamente, em todos os países do mundo, não poderão bem servir se não obtiverem para os capitais empregados a correspondente remuneração, sejam bem ou mal administradas. Só o poder público, colhendo vantagens indiretas dos benefícios prestados, reavendo verbas aonde perde em outras, é praticamente capaz de um sacrifício monetário para fazer o necessário ao saneamento das cidades. Não convém, nesta ordem do serviço, dividir as responsabilidades para acudir convenientemente as necessidades públicas: é preferível que se reclame contra as administrações das municipalidades do que das empresas, porquanto se poderá com mais justiça julgar do fundamento das reclamações e o próprio público poderá com maior facilidade corrigir o mal se quiser intervir com melhor critério político na gestão dos negócios municipais. (BRITO, 1912:2)

Em Recife, o Governo do Estado, através da sua Comissão de Saneamento, da qual Brito era integrante, havia encampado o sistema de abastecimento d'água que pertencia à Companhia do Beberibe, empresa que possuía a concessão do serviço desde 1837. Na ocasião da encampação, o abastecimento da capital do Estado de Pernambuco se encontrava em situação bastante delicada com uma população de 217.000 habitantes distribuídos pelos 21.388 prédios e mais de 16.347 "mocambos" dentro do perímetro urbano, além de 17.783 prédios e 12.025 "mocambos" nos arrabaldes e subúrbios mais próximos de Recife. A decisão pela estatização da Cia. do Beberibe teria sido influenciada por Saturnino de Brito, sempre contrário à gestão dos

serviços de saneamento por empresas particulares, principalmente, em virtude de defender a abundância do abastecimento d'água para não comprometer o funcionamento dos esgotos, algo que fugia dos cálculos financeiros das empresas particulares. Em Ribeirão Preto, Brito recomenda aos vereadores a leitura de seu artigo publicado no número 11 da Revista de Engenharia do dia 10 de abril de 1912, em que dizia o seguinte:

Em vários livros, relatórios e artigos, venho dirigindo um apelo aos nossos engenheiros, para que não façam desta questão vital um assumpto de especulação mercantilista; para que não tirem destas obras o ganho proveniente da inconsciência na ambição ou na solvência menos escrupulosa de contratos não remunerados por deficiência de preço, por incapacidade de fiscalização ou por inépcia dos próprios empreiteiros na direção dos trabalhos. Venho chamando a atenção dos nossos administradores para a responsabilidade que lhes cabe em fazerem contratos para "saneamento", entregando aos azares de uma concorrência os estudos, a construção e a "exploração industrial dos serviços, ou uma só ou duas destas três secções distintas na fase evolutiva dos trabalhos. (REVISTA DE ENGENHARIA: 1912: 307)

Sobre a composição das águas do sistema de abastecimento de Ribeirão Preto, Brito alegava que os pequenos mananciais - as chamadas "águas de fonte" - eram tidos como de primeira qualidade por toda população do município. Para o engenheiro, porém, a municipalidade não poderia "dormir em descanso" e se descuidar da fiscalização garantidora da pureza dessas águas uma vez que elas poderiam ser maculadas em sua origem por habitações nos locais de captação. Este era o caso das águas do rio Pardo, poluídas, segundo Brito, pela quantidade excessiva de fazendas de café e colônias de imigrantes estabelecidas nas margens dos seus afluentes, o que aumentava muito a quantidade de matéria orgânica das águas.

Para impedir a degradação da qualidade das águas pela lavoura de café, Brito estabelecia que:

Esta situação indica dupla medida, uma preventiva, outra corretiva, ambas de competência do Estado: 1ª a lei de proteção dos cursos d'água, para a necessidade da qual apelamos no estudo sobre

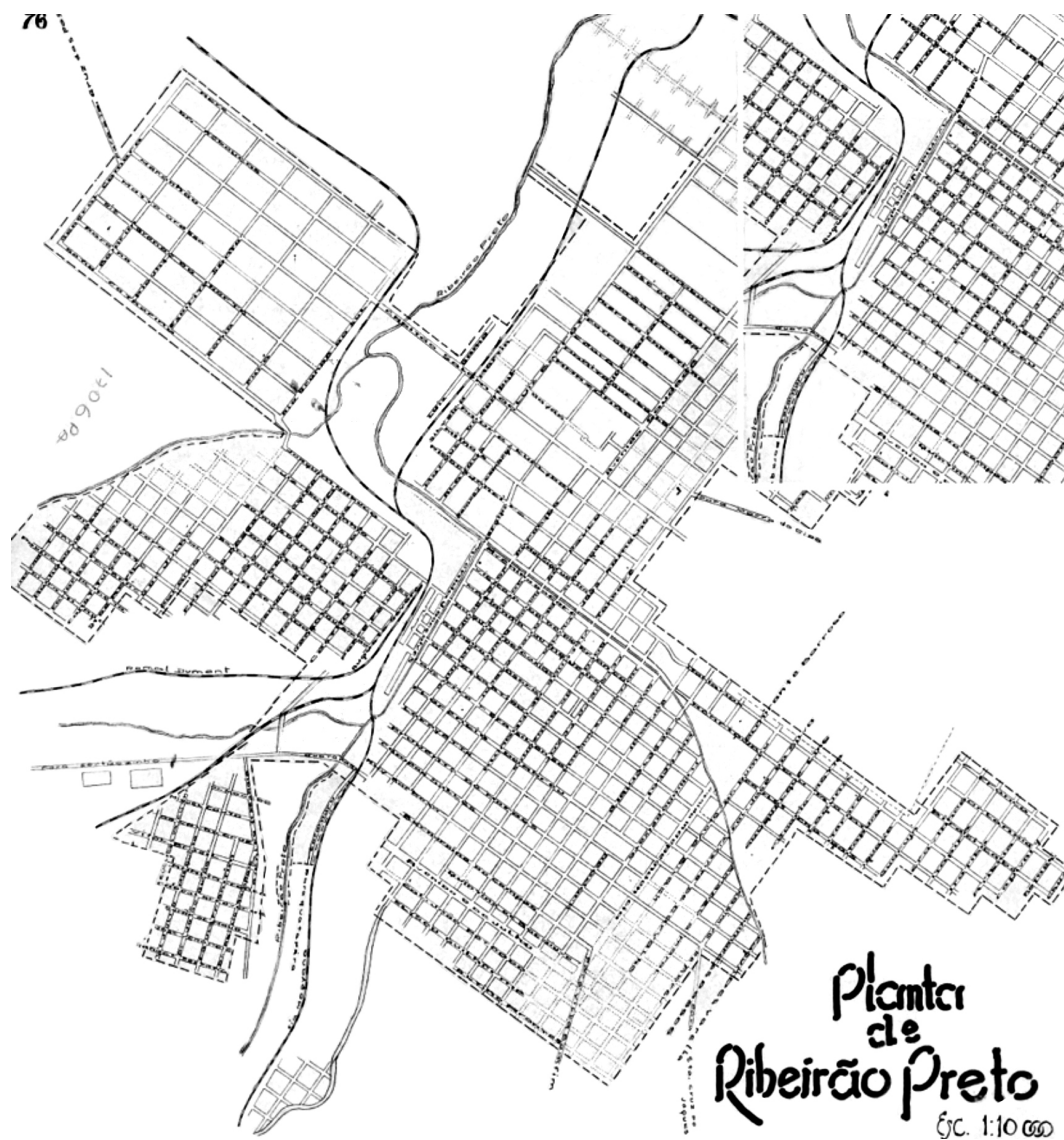


Figura 9: A área urbana de Ribeirão Preto na década de 1920, sendo cortada pelo rio Preto. Os vetores de expansão da cidade são: ao leste, a Vila Paulista, e ao norte, o Campos Elíseos e o Ipiranga, bairros que se originaram do antigo núcleo colonial de imigrantes, sendo posteriormente ocupados por moradias populares e indústrias. Assim, é possível notar uma divisão sócio espacial da cidade marcada pelo seguinte: i) os canais retificados dos rios, que estabeleceram a fronteira entre a cidade burguesa e operária; ii) a rede d'água, que abastecia apenas o centro. Fonte: AESP.

o Abastecimento d'água de São Paulo. 2ª o saneamento agrícola das margens do rio Pardo e seus afluentes drenando estas superfícies, certamente ubérrimas, e as cultivando. É possível que este serviço de drenagem e de cultura seja indicado para os lavradores japoneses, procurando garantir-lhes a vida durante a fase de trabalho saneador. Para o Estado há o grande proveito industrial de desenvolver outras culturas, garantidoras dos acidentes depreciadores da sua grande lavoura de café. (BRITO, 1912:8)

A excessiva turbidez das águas que a Empresa havia distribuído na cidade tinha origem na drenagem dos afluentes do rio Pardo pelas estradas e carreiros dos cafezais. As chuvas nas plantações de café carregavam argila e poeira fina, promovendo a desagregação do terreno, formando "barrocas" ou "mossorocas", fenômenos que deveriam ser corrigidos através do desvio de águas ou pela arborização. Na cidade Campinas, região que também havia sido ocupada por fazendas de café, Brito estabelece uma lei de proteção aos cursos d'água e aos mananciais, para que não fossem poluídos tanto pela ocupação urbana quanto pela atividade produtiva das fazendas. A realização de lavagens dos grãos e a ocupação das colônias de trabalhadores nas margens de rios e açudes, além das enormes

plantações deste produto de exportação, faziam com que a presença das fazendas de café fosse mais prejudiciais aos cursos d'água do que outras culturas agrícolas voltadas a alimentação e subsistência.

Em Campinas, Brito estabelecia o seguinte:

Art. 1. Nas propriedades em qualquer tempo adquiridas pela Companhia para garantir a pureza das águas dos pequenos mananciais será impedida a habitação, mesmo a dos guardas do serviço, nas áreas vertentes para ditos mananciais a montante das respectivas represas de tomada; serão demolidas as casas existentes nessas áreas e impedida a permanência de animais domésticos.

Art. 2. Nas propriedades particulares existentes nos terrenos vertentes para os mesmos pequenos mananciais, à montante da represa correspondente, será proibida a contaminação das águas por despejos nocivos, provenientes dos moradores, das indústrias, de estábulos, pocilgas, estrumeiras, lavadouros de café etc; outrossim, será proibido o uso de adubos e ingredientes nocivos em condições destinados à alimentação potável, a juízo das autoridades sanitárias do Estado. Parágrafo único. A Câmara Municipal providenciará junto do Governo do Estado

Figura 10: O legado da forma urbana estabelecida pelas canalizações dos rios no perímetro central da cidade. O quadrilátero central abrigará os primeiros processos de verticalização na cidade, e também demarcará o processo de divisão sócio espacial a partir dos lados deste quadrado - os vetores norte, leste e oeste abrigando os bairros fabris e das classes baixas e médias (respectivamente, à direita, abaixo e acima da foto), e a zona sul historicamente privilegiada com a ocupação de bairros ricos (esquerda da foto). Fonte: APHRP.



para que lhe sejam assegurados os meios legais para tornar efetiva a proteção dos cursos na propriedade particular. (BRITO: 1944: 129)

Essas demandas por leis de proteção dos cursos d'água, com as desapropriações de terrenos marginais aos mananciais, estão no cerne de uma visão ambientalista da teoria urbanística de Saturnino de Brito. O engenheiro é um dos pioneiros na defesa pela implantação de políticas com esse cunho como, por exemplo, no caso de suas proposições de reflorestamentos de áreas desmatadas em processos de aberturas de fazendas de café em Ribeirão Preto.

Por último, a fim de não se descartar o aproveitamento das "águas de rio", Saturnino de Brito cita o trabalho de purificação do canal de abastecimento da cidade de Marselha na França. Lá, as análises comprovaram a possibilidade de captação de águas impuras, tendo sido retirado do canal uma infinidade de cadáveres de animais, além de alguns defuntos humanos. A aplicação da Lei de Proteção de cursos d'água francesa, além de um processo de purificação enérgico contra a matéria orgânica proveniente das numerosas aglomerações humanas ribeirinhas (usinas, fazendas, lavadeiras e etc) havia possibilitado em Marselha a rejeição das "águas de fonte", assumindo-se o processo de purificação das águas de seu canal urbano:

Depois de vários estudos, ficou rejeitado o alvitre de procurar "água de fonte" e aceito o de purificar aquelas águas, comparadas às quais são puríssimas as do rio Preto e as do rio Pardo. Submeta-se o tratamento a um concurso no qual a questão principal é a esterilização e não simplesmente a clarificação de que precisamos para as águas do rio Pardo. (BRITO, 1912;10)

Nessa perspectiva, as águas do rio Pardo podiam ser consideradas "puríssimas" em relação às do canal de Marselha. Essa decisão pela captação de águas de rios acompanhava o que ele havia proposto para o abastecimento da zona baixa da cidade de São Paulo, que sofria com a diminuição dos mananciais da Serra da Mantiqueira em época de estiagem. Lá, Brito sugere o abastecimento com o seguinte lema: "as águas altas para as zonas altas, as águas baixas, especialmente as de rio, para a zona baixa". Todavia, o engenheiro ressalva o imprescindível tratamento purificador para estes casos, sendo algo que não

foi realizado em São Paulo, gerando protestos acalorados contra a adoção do abastecimento da zona baixa e média da cidade pelo rio Tietê.

Em Ribeirão Preto, entretanto, o líder da Comissão Especial das Águas, o vereador João Alves de Meira Junior, também presidente da Câmara Municipal, promove uma conciliação com a Empresa de Água da família Silva Prado no sentido de abandonar a captação das águas de rio para a ampliação do abastecimento da cidade. Essa conciliação demonstra mais uma vez os arranjos conjecturais dos grupos políticos instalados na Câmara Municipal. O acordo contrariava as críticas e propostas apresentadas no parecer do vereador J. P. da Veiga Miranda e, principalmente, no relatório do engenheiro Saturnino de Brito.

O vereador João Alves de Meira Junior dizia o seguinte quanto à questão:

Ao assumirmos o governo municipal encontramos a Empresa de Água e Exgottos com a concessão para abastecer a cidade com água do rio Pardo. Mandando proceder ao exame dos trabalhos de captação e filtros da mesma água e a análise desta, não consentimos na sua distribuição a população sem as obras complementares que nos foram indicadas pelos drs. Arthur Motta, Saturnino de Brito e H. Pujol Junior. Não querendo, porém, desde logo a Empresa se submeter a essas obras, estudamos com ela a melhor forma de fazer cessar a falta d'água de que toda a população se queixava. Foi então averiguado que a água das nascentes era suficiente ao abastecimento da cidade, estando o defeito no regime de penas, o qual foi substituído pelo regime dos hidrômetros, fixando uma taxa mensal mínima e o limite de 45 mil litros para cada habitação. E, assim, ficou resolvido o problema, pois que há muitos anos a população não sente falta d'água, apesar de atualmente ser maior a zona servida pela Empresa, visto que, então, Villa Tibério não tinha água nem exgottos. A água do rio Pardo foi banida da rede geral. (MEIRA JUNIOR: 1920: 16-17)

O desfecho da crise do abastecimento d'água na cidade de Ribeirão Preto ocorre com o abandono da captação e filtragem das águas dos rios Preto e Pardo uma vez que a decisão pela suficiência das águas de nascentes favorecia aos interesses da Empresa de Água. Conclui-se que o problema da

falta d'água, segundo as autoridades municipais, era o desperdício da população, o que seria corrigido com a instalação das caixas domiciliares para controlar o consumo através do aumento das taxas de água. A ampliação da rede de abastecimento, além de todas àquelas correções propostas por Saturnino de Brito, como a proteção de mananciais por meio de prevenções contra o impacto da monocultura cafeeira, não são executadas na cidade.

Conclusão

O episódio da crise de abastecimento d'água em Ribeirão Preto remonta a uma reflexão sobre o dilema do controle das águas urbanas. Na medida em que os mananciais de "água pura", - as fontes no interior de fazendas -, são privilegiados na composição do sistema de abastecimento d'água na cidade, progressivamente, os rios do perímetro urbano são inseridos num processo de canalizações, represamento e ocupação de suas margens e várzeas. Estes rios, ao serem descartados como fonte de água de distribuição, ficam relegados apenas a integrar o sistema de esgotamento de águas servidas e escoamento de chuvas, o que não exigiu um cuidado especial com a qualidade de suas águas, ou a proteção de suas margens, e mesmo a garantia da beleza de seus canais.

Desde o início da formação do território da cidade de Ribeirão Preto o acesso às águas dos rios havia sido algo fundamental ao processo de assentamento humano e a constituição da posse da terra. Durante o ciclo cafeeiro, a utilização para o uso doméstico das "águas de fontes", tidas como mais puras, se tornou um signo de diferenciação aos fazendeiros, restando aos colonos à utilização das águas dos córregos mais próximos as suas habitações. A construção da rede de abastecimento d'água no núcleo urbano, ainda restrita a área central e mantida pela captação daqueles pequenos mananciais, faz com que persistisse na cidade um imaginário negativo em relação às águas dos rios, sempre poluídos a vista de todos. Dessa maneira, as proposições do engenheiro Saturnino de Brito para que os rios fossem inseridos no sistema de abastecimento d'água da cidade, algo que exigiria a proteção de suas margens e nascentes, foi facilmente ignorada pela municipalidade em conciliação com os interesses da empresa concessionária.

A despeito de outro modelo de abastecimento d'água ter sido desenhado por Saturnino de Brito, um acordo político garantiu que o sistema de abastecimento d'água continuasse como um dos negócios da família Silva Prado na região. O descarte da captação dessas águas demonstrou o trânsito da Empresa de Água pelo poder municipal, desnudando os interesses políticos e econômicos por trás da apropriação de recursos hídricos transformados em serviços urbanos. Ao se descartar tanto as águas do rio Preto quanto às águas do rio Pardo como mananciais do abastecimento da cidade, perseverou uma percepção achatada das possibilidades de usufruto da bacia hidrográfica do território em que cidade de Ribeirão Preto se constituiu.

Ademais, a família Silva Prado cria a Empresa de Força e Luz de Ribeirão Preto formando um monopólio sobre os recursos hídricos de vasto território no Nordeste Paulista. Além do controle dos mananciais de abastecimento d'água de inúmeras cidades, a empresa se expande ao usufruto do potencial energético de corredeiras e cachoeiras de rios que integravam as principais bacias hidrográficas do Nordeste Paulista. Ou seja, ao tornar-se uma Sociedade Anônima, este grupo realiza a compra de contratos de concessão dos serviços de eletricidade, iluminação, abastecimento e coleta de esgoto de diversas Câmaras Municipais dessa região. Essa atuação se associa, portanto, ao momento de abertura de capitais e criação de sociedades acionistas durante a Primeira República, sendo o período em que as empresas de serviços urbanos passam a utilizar os recursos hídricos como fonte de capitalização.

Referências bibliográficas

- BACELAR, C. de A. P. & BRIOSCHI, L. R. (orgs) Na estrada do anhanguera: uma visão regional da história paulista. São Paulo: Humanitas, FFLCH/USP, 1999.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Denis Cosgrove – a paisagem e as imagens. Espaço e Cultura. UERJ, RJ, n.29, p.7-21, jun/jun, 2011.
- CORRÊA, R. L. Denis Cosgrove – a paisagem e as imagens. Espaço e Cultura. UERJ, RJ, N.29, p.7-21, jan/jun de 2011.
- FARIA, Rodrigo dos Santos. Ribeirão Preto, uma cidade em construção: o discurso da higiene, beleza e disciplina na modernização Entre Rios (1895-1930). São Paulo: Annablume, 2010.
- FRANCO, M. S. de C. Homens livres na ordem escravocrata. 4.ed. Unesp, São Paulo, 1997.

GARCIA, V. E. Do Santo? Ou de quem ... Ribeirão Preto: gênese da cidade mercadoria. Tese de Doutorado. São Carlos:IAU/USP, 2013.

GUILLERME, André. Les temps de l'eau. La cité, l'eau et les techniques. Mâcon:Champ Vallon. 1990.

PAZIANI, Rodrigo Ribeiro. Construindo a petit paris: Joaquim Macedo Bittencourt e a belle époque em Ribeirão Preto (1911-1920). FHDSS/Unesp, 2004, Franca. (tese de doutorado em história).

SALGUEIRO, Heliana Angotti (org.) Por uma nova história urbana. EDUSP, São Paulo, 2001.

SILVA, A. Expansão urbana e formação dos territórios de pobreza em Ribeirão Preto: os bairros surgidos a partir do núcleo colonial Antonio Prado (1887). São Carlos:Ufscar, 2008. (tese de doutorado)

SILVESTRE, Graciela. Paisaje y representación. Prismas. Nº3, 1999, pp. 231-245.

WALKER, T. W.; BARBOSA, A. de S. Dos coronéis a metrópole, fios e tramas da sociedade e da política em Ribeirão Preto no século XX. Palavra Mágica: Ribeirão Preto, 2000.

Fontes

AESP. Relatório da Comissão de Saneamento do Estado São Paulo. Alfredo Lisboa. Tipografia l'étoile du sul, Rio de Janeiro, 1897.

AESP. Relatório da Comissão de Saneamento do Estado de São Paulo. Alfredo Lisboa. Tipografia l'étoile du sul, Rio de Janeiro,, 1894.

APHRP. Discurso de J.P. da Veiga Miranda, 14 de março de 1912 na Câmara Municipal.

APHRP. Parecer do Engenheiro Francisco Saturnino Rodrigues de Brito. O Abastecimento d'água de Ribeirão Preto. Estado de São Paulo. 1912

APHRP. Ofício de Flávio Mendonça Uchoa. Diretor da Empresa de Águas e Esgotos. 1911.

APHRP. Relatório do Dr. Joaquim Alfredo de Siqueira, Intendente Municipal, apresentado à Câmara Municipal no dia 7 de janeiro de 1902.

APHRP. Relatório do Dr. J. P. da Veiga Miranda, Intendente Municipal, apresentado à Câmara Municipal no dia 7 de janeiro de 1909.

Recebido [Abr. 13, 2015]

Aprovado [Out. 16, 2015]